

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 2 2017

ESPECIAL: CRÍTICA FEMINISTA E ARQUEOLOGIA

ARTIGO

NARRATIVAS ARQUEOLÓGICAS E MUSEOLÓGICAS SOB RASURA: PROVOCAÇÕES FEMINISTAS

Camila A. de Moraes Wichers*

RESUMO

Historicamente, as práticas arqueológicas e museológicas estiveram associadas à construção de identidades nacionais, nas quais despontava uma forma de cidadão pleno: homem, branco, heterossexual e proprietário. Nesses contextos, as narrativas elaboradas pela Arqueologia e pelos museus podem ser compreendidas como mais um eixo de normatização e opressão. Nesse texto, percorro as reciprocidades entre a Arqueologia de Gênero e a Arqueologia Feminista, trazendo algumas provocações feministas inspiradas em abordagens *queer* e decoloniais no que concerne à construção de identidades e representações. Destaco, ainda, a necessidade de narrativas plurais e descentradas, constantemente deslocadas e recriadas nos processos de Musealização da Arqueologia.

Palavras-chave: Arqueologia; Museus; Feminismos.

ABSTRACT

Historically, archaeological and museological practices have been associated with the construction of national identities, in which a form of full citizen emerged: man, white, heterosexual and proprietary. In these contexts, the narratives elaborated by Archeology and museums can be understood as one more axis of normalization and oppression. In this text, I cover the reciprocities between Gender Archeology and Feminist Archeology, bringing some feminists provocations inspired by *queer* and decolonial approaches, regarding the construction of identities and representations. I also emphasize the need of plural and decentralized narratives, constantly displaced and recreated in the processes of Musealization of Archeology.

Keywords: Archeology; Museums; Feminisms.

* Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Atuo no Bacharelado em Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Endereço: Rua Jacarandá, Quadra F, Prédio das Humanidades - Campus Samambaia - Goiânia/GO - CEP: 74690-900. E-mail: camilamoraes@ufg.br.

Uma pessoa sempre escreve e lê do lugar onde seus pés estão plantados, do chão de onde se ergue seu posicionamento particular, ponto de vista.
Gloria Anzaldúa (2017: 421)

Inspirada na escrita de mulheres como Gloria Anzaldúa, início esse texto por um percurso pessoal. Como mulher periférica cheguei tardiamente ao universo da Arqueologia e dos Museus, campos nos quais trânsito há algum tempo. Uma vez inserida na prática arqueológica, o tratamento de coleções e o desenvolvimento de ações de socialização – frequentemente denominadas entre nós como Educação Patrimonial – colocaram-se como exercício profissional destacado nessa trajetória. Para além de problematizar essa escolha, uma vez que hoje questiono o quanto tratou-se de uma escolha ou de um caminho dirigido a mim enquanto única mulher da equipe onde atuava, por isso, mais ‘adequada’ às tarefas de cuidado com os acervos ou de educadora voltada a socializar esses ‘achados’, retomo essa trajetória a fim de explicitar que os conceitos de memória, identidade e representação se colocaram muito cedo como interesses de pesquisa. Socializar aquilo que convencionamos denominar como patrimônio arqueológico significa refletir sobre a relação entre esses patrimônios e a construção de identidades culturais.

Nos últimos anos, o contato crescente com discussões feministas, sobretudo, àquelas que problematizam categorias como mulher, sexo, gênero, corpo, patriarcado, identidade e representação, colocaram sob rasura algumas das premissas assumidas anteriormente. Nesse sentido, colocar ‘sob rasura’ essas categorias, certamente construídas socialmente e, por isso, sempre passíveis de releituras, significa que desconfiamos dessas construções, interpelando sentidos únicos e propondo deslocamentos.

O termo “sob rasura”, retomado de Jacques Derrida e utilizado por Stuart Hall para pensar as identidades culturais, significa que esses termos já não são satisfatórios, mas sua não superação nos leva a pensar e trabalhar com eles, a partir de um olhar que desloca e desconstrói antigas certezas (HALL, 2014).

Nesse sentido, o presente texto parte de estudos desenvolvidos anteriormente na linha de pesquisa “Musealização da Arqueologia”, voltada a deflagrar procedimentos de salvaguarda e comunicação do denominado patrimônio arqueológico. A partir de tais estudos, foi possível evidenciar que a construção dessa categoria patrimonial opera como uma antropofagia arqueológica, sendo levada a cabo por arqueólogas/os e agentes do Estado, com base em coleções e sítios arqueológicos. Essa antropofagia arqueológica é, muitas vezes, seguida de uma operação de construção de sentidos para um público amplo, em museus centros culturais ou projetos educativos, compreendida como antropofagia museológica. Dessa feita, essa segunda operação não se dá apenas em museus, mas em todos os processos que visam realizar uma certa ‘tradução’ de um conhecimento para a sociedade em geral, gerando as narrativas museológicas. Tais narrativas se nutrem do desejo de construção de pontes entre coisas e pessoas a partir de processos de construção de memórias e identidades culturais.

Cristina Bruno (2005) tem utilizado o conceito de Memórias Exiladas para compreender a inserção dos vestígios arqueológicos na história social brasileira. Segundo a autora, esses vestígios são onipresentes em nossas instituições, mas raramente são tomados como referências culturais, resultando em uma estratigrafia do abandono.

Não obstante, ainda que ocupando papel coadjuvante, alguns esforços buscaram inserir os vestígios arqueológicos na construção das identidades culturais no Brasil. Contudo, essas narrativas priorizaram vestígios associados à ‘antiguidade do homem nas Américas’ – e aqui o emprego do masculino ‘neutro’ já é digno de nota – à

existência de ‘sociedades complexas’ na Amazônia ou à ‘criação artística’ das sociedades ameríndias. A ênfase na busca por evidências que comprovem a existência de sociedades mais próximas a um ideal moderno de civilização – masculino, branco e europeu – é marcadamente androcêntrica. Nesse sentido, defendo que se a Arqueologia tem sido constantemente inserida em um espaço marginal nos nossos processos de construção identitária, as narrativas arqueológicas que representam pessoas que não se enquadram nesse ideal de civilização têm sido ainda mais exiladas e silenciadas.

Cabe apontar que a Arqueologia e a Museologia, ainda que marcadas por um distanciamento na transição da primeira para a segunda metade do século XX, também andaram juntas para o ‘bem’ e para o ‘mal’ (MORAES WICHERS, 2013/2014). Se por um lado, esses campos podem ser articulados em processos socialmente relevantes, a interface entre os mesmos também pode ser responsável por processos de coerção, exclusões e toda a sorte de controle social

Dessa feita, coloca-se como especialmente relevante uma análise crítica das narrativas arqueológicas e museológicas. O que vemos na arena museológica e patrimonial é o produto de práticas sociais, nas quais operam seleções desde a coleta, entendida como extração física ou conceitual (MAIRESSE, 2011), até a comunicação dos vestígios arqueológicos.

Margarita Díaz-Andreu (2005) aponta que a produção arqueológica seria marcada por uma postura androcêntrica presente nas narrativas textuais produzidas pelo campo (linguagem), nas narrativas imagéticas, no ensino da Arqueologia e nos museus. Dialogo diretamente com essa autora, uma vez que procuro evidenciar como as narrativas arqueológicas são reproduzidas em museus e em outros campos discursivos, replicando assimetrias e exclusões.

Visando contribuir para esse debate, organizei esse texto em três momentos, seguidos de algumas considerações. Um primeiro momento voltado ao exame da relação entre prática arqueológica, museus, colonialismo e colonialidade do poder. Um segundo momento, no qual dialogo com uma literatura mais ampla acerca de Gênero e Feminismo, a fim de traçar possíveis elementos para uma crítica feminista da Arqueologia Brasileira. Por fim, um terceiro momento apresenta algumas provocações *queer* às narrativas arqueológicas e museológicas.

ANDANDO DE MÃOS DADAS: PRÁTICA ARQUEOLÓGICA, MUSEUS E COLONIALIDADE DO PODER

A configuração dos museus e da Arqueologia como disciplina científica se deu no século XIX, no bojo da construção das identidades nacionais europeias, fortemente imbricada com os colonialismos e imperialismos. Em uma perspectiva histórica, os vestígios materiais inseridos nos museus compõem um processo bem mais longo, estando associados ao colecionismo, aos gabinetes de curiosidades e à própria gênese das instituições museológicas.

Herdamos um olhar forjado no século XIX, quando a Arqueologia iniciou-se como disciplina científica na esteira do imperialismo das grandes potências. Conforme destacam Lúcio Menezes Ferreira e Pedro Paulo Funari (2009), ao lado dessa vertente imperial e colonialista,

a disciplina esteve imbricada na construção de identidades nacionais, de cunho masculino, tendo como objetivo a coesão social e a uniformidade, no presente e no passado. A disciplina, assim, surgia e firmava-se como parte do amplo espectro de agenciamentos das normatizações, tanto em âmbito interno, em cada Estado Nacional, como na relação com os sujeitos externos da opressão, nas periferias

asiática, africana, médio-oriental e latinoamericana. (FERREIRA & FUNARI, 2009: 01, grifo meu).

Na modernidade ocidental, as identidades nacionais foram marcadamente machistas e sexistas, contribuindo com a opressão e subordinação das pessoas que não se enquadravam nessa modernidade, seja por questões de gênero, corpo e sexualidade, entre outros marcadores. Dessa feita, coloca-se como especialmente relevante uma análise crítica da prática arqueológica e museológica como parte de um amplo espectro de agenciamentos e normatizações, tendo como objetivo a coesão social e a uniformidade, no presente e no passado. Cabe questionarmos como esses agenciamentos se deram nos sujeitos externos da opressão, como na América Latina, e, mais especificamente, no Brasil.

Conforme aponta Santiago Castro-Gómez:

uma das contribuições mais importantes das teorias pós-coloniais à atual reestruturação das ciências sociais é haver sinalizado que o surgimento dos Estados nacionais na Europa e na América durante os séculos XVII a XIX não é um processo autônomo, mas possui uma contrapartida estrutural: a consolidação do colonialismo europeu no além-mar. A persistente negação deste vínculo entre modernidade e colonialismo por parte das ciências sociais tem sido, na realidade, um dos sinais mais claros de sua limitação conceitual (CASTRO-GÓMEZ, 2005: 90).

Essa persistente negação também pode ser visualizada no Brasil, tanto nas narrativas arqueológicas, quanto museológicas. Nos museus, raramente vemos a história das coleções apresentadas, no que tange as formas de coleta e inserção desses vestígios nos museus, tantas vezes marcadas por saques e espólios.

Para além da relação entre prática arqueológica e colonialismo, proponho aqui o conceito de colonialidade do poder. Esse conceito foi cunhado pelo peruano Aníbal Quijano (1999). De acordo com o autor, a invenção do conceito de raça, como instrumento de dominação, insere uma diferença radical entre os povos. A antropóloga Rita Segato, ao dialogar com o Quijano, destaca que essa invenção afeta também as relações sexuais, onde as mulheres, sobretudo, as não brancas (indígenas e negras), são inseridas em espaços marcados por uma violência física, simbólica e epistêmica (SEGATO, 2013).

Cabe discorrermos sobre as semelhanças e diferenças entre abordagens pós-coloniais, descoloniais e decoloniais. Segundo Luciana Ballestrin, o termo decolonial teria sido sugerido por Catherine Walsh, em que “a supressão da letra ‘s’ marcaria a distinção entre o projeto decolonial da ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria” (BALLESTRIN, 2013: 108).

A radicalização do argumento pós-colonial por meio da noção de “decolonial”, aqui assumida, é compreendida como “epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013: 89).

Um estudo inspirado por um olhar feminista decolonial pauta-se, necessariamente, pela interseccionalidade entre gênero, sexualidade, raça, classe, idade/geração, corporalidades, entre outros marcadores sociais da diferença. Esses marcadores “interagem, contextual e conjunturalmente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações”, como aponta Carlos Eduardo Henning em um texto que revisa a produção anglófona sobre noção de interseccionalidade (HENNING, 2015: 99).

No cenário contemporâneo, inserida em projetos desenvolvimentistas em várias partes do Brasil, a prática arqueológica – denominada como Arqueologia Preventiva ou de Contrato – revestiu-se de uma aparente “função social”, sobretudo, através dos famigerados projetos de educação patrimonial, mas foi raramente integrada às demandas das comunidades locais. Essa prática, voltada a ‘salvar um patrimônio em perigo’, evidencia a força de uma “retórica da perda”, conceito apresentado por José Reginaldo Gonçalves para a compreensão do campo patrimonial brasileiro (GONÇALVES, 1996).

O crescimento das pesquisas e, conseqüentemente, das coleções formadas no escopo desses estudos, não significou uma maior problematização da herança colonialista e homogeneizante da disciplina. No Brasil, ainda que interpelada por novas vozes, a prática arqueológica continua associada à colonialidade do poder. Nesse sentido, o que está em jogo não é a descolonização, via uma libertação nacional, mas o enfretamento de uma colonialidade interna.

Cristóban Gnecco (2008) aponta a necessidade de que os “indivíduos representados” também atuem como “indivíduos representantes” no novo cenário arqueológico contemporâneo, como agentes que questionem e discutam as representações construídas pela Arqueologia ou, ainda, como membros de grupos que, mesmo não identificados com as narrativas arqueológicas construídas, outorgam novos sentidos e usos a essas narrativas.

Esse autor, ao examinar a Arqueologia latino-americana, chama atenção para sua vinculação com uma violência epistêmica – conceito elaborado por Gayatri Spivak – denunciando a estreita correlação entre arqueologia e práticas colonialistas. Essa violência é uma forma de invisibilizar o Outro, envolvendo diferentes graus de diluição da voz do Outro que vai desde o sequestro ao silenciamento da voz à emenda, à alteração e tradução da experiência do outro, como nos adverte Marisa Belausteguioitia:

La violencia se relaciona con la enmienda, la edición, el borrón y hasta el anulamiento tanto de los sistemas de simbolización, subjetivación y representación que el otro tiene de sí mismo, como de las formas concretas de representación y registro, memoria de su experiencia. (BELASTEGUIGOITIA, 2001: 237-238).

É necessário analisar as narrativas arqueológicas e museológicas a partir de olhares decoloniais, evidenciando uma estratigrafia de edições, coerções e silenciamentos de representações de pessoas que escapam às normas impostas por essa colonialidade, ao mesmo tempo, uma estratigrafia que constrói determinadas formas de estar no mundo, moldadas por poderes e saberes hegemônicos.

Não obstante, nas últimas décadas, grupos e movimentos sociais têm implodido as pretensões de homogeneidade e subordinação às normas, tão bem articuladas na constituição da disciplina arqueológica. Nas sociedades ocidentais, as mulheres, antes ausentes ou subjugadas nas narrativas, emergiram como sujeitos sociais cada vez mais ativos. De ocupantes de posições subalternas nas pesquisas, multiplicaram-se e assumiram, muitas vezes, o protagonismo na produção do discurso arqueológico. Contudo, estamos falando apenas da inserção das mulheres no campo da pesquisa arqueológica? Quais mulheres? Trata-se de fomentar e ampliar nossas pesquisas de Arqueologia de Gênero? Como essas perguntas se relacionam com os feminismos?

FEMINISMOS, GÊNERO E PRÁTICA ARQUEOLÓGICA: RECIPROCIDADES E ESTRANHAMENTOS

A Arqueologia busca entender as sociedades humanas a partir de seus vestígios materiais. Essa simples assertiva pode ser compreendida como uma busca de evidências de um passado distante, classificadas de forma asséptica e inseridas no campo patrimonial e museal, ou, como prefiro pensar, como uma leitura das relações entre humanos e não humanos a partir de corpos, coisas e paisagens. Uma leitura em movimento.

Olhares críticos acerca da invisibilidade ou subalternidade das mulheres no discurso arqueológico são recentes, contando com pouco mais de três décadas. O texto de Margareth Conkey e Janet Spector (1984), “Arqueologia e o Estudo do Gênero”, é considerado como um divisor de águas na produção sobre o tema. Nesse texto, as autoras traçaram uma crítica feminista da Arqueologia apontando que a disciplina emite mensagens sobre gênero, ainda que se coloque em uma posição de neutralidade, perpetuando assimetrias. A reconstrução da vida dos primeiros hominídeos, o “*Man-the-Hunter Model*” seria o caso mais óbvio de androcentrismo, no qual o homem seria responsável pelas atividades mais importantes (caça e segurança do grupo), e a mulher estaria fadada à atividades secundárias (gravidez e ao cuidado com as crianças). Dessa forma, machos são fortes, ativos, agressivos e dominantes, enquanto fêmeas são apresentadas como fracas, passivas e dependentes (CONKEY & SPECTOR, 1984: 04). Essas representações, frequentes tanto nos trabalhos acadêmicos quanto nos museus e na mídia em geral, reforçam estereótipos de gênero, estabelecendo características masculinas e femininas. Ou seja, a construção do passado a partir dos vestígios arqueológicos seria marcada por um presentismo, em que ideais da sociedade moderna e ocidental são postulados para as sociedades do passado, revelando o caráter colonizador das interpretações arqueológicas.

Esses estudos denunciaram a ausência das experiências e conquistas das mulheres nos discursos acadêmicos e na sociedade em geral, como um mecanismo por meio do qual uma ideologia patriarcal se replica, privilegiando a experiência masculina, como nos informa Barbara Voss (2000: 181).

Dessa forma, para compreender as críticas lançadas aos discursos arqueológicos, faz-se necessário retroceder um pouco para traçarmos alguns pontos da trajetória dos feminismos, os quais resultaram em críticas às interpretações sexistas da disciplina arqueológica.

Ainda que conte com antecedentes que chegam a cinco séculos, a chamada ‘primeira onda’ do movimento feminista pode ser situada no século XIX, caracterizada por demandas de igualdade, emancipação e luta pelo direito ao voto.

No que concerne aos museus, essa ‘primeira onda’ esteve associada a diversas ações de protesto de mulheres sufragistas, como nos informa a obra de Carla Zaccagnini. “Elementos de beleza” é uma obra e livro da artista, lançados em 2012, sobre as sufragistas de Londres e Manchester, nos anos 1910 (PACHELLA, 2015). A publicação reúne material de arquivo, fotografias, recortes de jornal e registros criminais a respeito da seção considerada mais radical do movimento, que defendia o direito de voto para as mulheres nas eleições políticas. A *Women’s Social and Political Union* (WSPU), organização de militância pelo voto feminino, era adepta de táticas de ação não convencionais, que incluíam ataques a vitrines de lojas, museus e pinturas, em especial aquelas que representavam nus femininos e retratos de homens. Dessa forma, já na primeira onda do feminismo, os museus foram interpelados.

Essa onda feminista não teve repercussão direta na produção arqueológica, mas algumas de suas ideias fazem eco na produção arqueológica contemporânea. Segundo

Azadeh Kian, obras como a de Mary Wollstonecraft, “Reivindicação dos direitos da mulher”, publicada em 1792 e considerada um dos textos fundadores do feminismo liberal ocidental, ao associar o Oriente com o despotismo e a tirania, entendendo o patriarcado como elemento oriental que deveria ser evacuado do Ocidente (KIAN, 2010), revelam olhares colonialistas que não deixam de marcar também a produção arqueológica contemporânea. Devemos lembrar que a Arqueologia esteve estreitamente vinculada ao colonialismo e que o fato dos museus europeus estarem repletos de coleções saqueadas dos povos indígenas não é neutro. No Brasil, o século XIX foi marcado por pesquisas arqueológicas associadas diretamente ao controle dos territórios e dos povos indígenas, a esses eram dadas duas alternativas: o controle e a normatização do Estado Imperial ou o extermínio. Como já mencionei anteriormente, essa história das coleções presentes nos museus é raramente problematizada nas exposições e ações de comunicação museológica.

Em 1935, Margareth Mead publica o livro “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas”, um estudo comparativo entre sociedades a partir da seguinte questão: seriam as diferenças entre o homem e a mulher meramente biológicas? Depois de ter analisado as três sociedades culturalmente diferentes, a resposta foi negativa. Décadas mais tarde, a partir de 1970, os estudos antropológicos devotados à temática do gênero em diversas sociedades se expandiram ao redor do mundo. No Brasil, o afastamento da prática arqueológica do campo da Antropologia, já apontado por Cristiana Barreto (1999/2000), pode ser compreendido como uma das causas do tardio desenvolvimento de pesquisas arqueológicas que envolvem explicitamente as questões de gênero.

Em 1949, Simone de Beauvoir publica “O segundo sexo”. A partir de então, a assertiva de que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” passaria a inspirar diversos estudos e ativismos, afirmando que a mulher é uma construção social e que a feminilidade é uma pretensão masculina para moldar as mulheres aos seus anseios.

Esses trabalhos, ainda que não utilizassem o termo gênero, partiam da ideia de um “sexo social” que influenciaria o feminismo de “segunda onda” — aquela que se inicia no final da década de 1960. Além das preocupações sociais e políticas, o feminismo irá se voltar para as construções propriamente teóricas. Surgem os estudos da mulher. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes de um lado, e seus críticos ou suas críticas de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.

Importante destacar que o termo “identidade de gênero” foi empregado pela primeira vez por Robert Stoller, um psicanalista norte-americano. Como aponta Donna Haraway:

Ele formulou o conceito de identidade de gênero no quadro da distinção biologia/cultura, de tal modo que sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era o centro, a pessoa produzida pelo gênero —um homem ou uma mulher (HARAWAY, 2004: 216).

Esse conceito foi ampliado por autoras feministas, destacando-se Gayle Rubin e seu “Tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo” (1993), texto seminal onde a autora propõe que a divisão entre os sexos e a subordinação das mulheres são resultantes do sistema de sexo/gênero.

Ainda que diversos trabalhos utilizem o conceito de gênero na Arqueologia, devemos pontuar as reciprocidades e diferenças entre uma abordagem arqueológica que busca explicitar as relações entre as pessoas considerando a categoria gênero, de uma abordagem que faça esse movimento considerando uma crítica feminista da

ciência e, ainda, uma abordagem decolonial. Essa observação é aqui colocada pois a Arqueologia Feminista e a Arqueologia de Gênero divergem entre si, ainda que a segunda tenha se originado da primeira. Para María Cruz Berrocal, a Arqueologia de Gênero se volta para o estudo dos indivíduos – homens e mulheres – como sujeitos ativos, enfatizando suas relações, distanciando-se do feminismo, visto como demasiadamente politizado. Por sua vez, o feminismo é uma prática comprometida com a definição dos limites da ciência e com o questionamento de sua objetiva e/ou objetividade (BERROCAL, 2009: 25-26).

Para Margarita Díaz-Andreu (2005), a Arqueologia Feminista centra-se nas mulheres, enquanto a segunda, aborda todos os gêneros, sendo que para a autora nessa última categoria o gênero não se colocaria como universal, mas como contextual, social e histórico. Nesse sentido, os estudos de gênero teriam como objetivo problematizar as relações entre os sexos, e não produzir uma análise com base no sujeito, quer feminino quer masculino.

Segundo Barbara Voss, a Arqueologia feminista e a de gênero compartilham, ainda, de semelhanças com a Arqueologia *queer*: todas, ainda que surgidas em contextos políticos específicos, procuram, em alguma medida, rejeitar as taxonomias androcêntricas e as políticas de intolerância contra minorias sociais (VOSS, 2000: 182-5).

Ainda de acordo com Margarita Díaz-Andreu, a Arqueologia de Gênero estaria inserida nas perspectivas das Arqueologias pós-processuais, pois essas perspectivas sustentam que as sociedades são formadas por indivíduos que atuam como agentes sociais ativos, a partir de atividades e negociações (DÍAZ-ANDREU, 2005).

Por outro lado, autoras como Sandra Montón-Subías apontam que ao incorporar o gênero apenas como vocábulo, podemos continuar escrevendo sobre homens e mulheres em um marco conceitual que perpetua os estereótipos e papéis de gênero característicos do imaginário tradicional, desde as mesmas posições androcêntricas combatidas pela Arqueologia de Gênero. Para essa autora, embora a pretensão inicial de quem se dedicava a Arqueologia de Gênero fosse combater o *mainstream*, algumas vezes é o *mainstream* que tem afetado a Arqueologia de gênero, desativando sua crítica feminista (MONTÓN-SUBÍAS, 2014). Ademais, a mesma autora propõe o conceito de arqueologias generificadas, ou seja, nomeadamente “arqueologias feministas e *queer*” que estão comprometidas politicamente com o final do patriarcado e, para tanto, promovem uma mudança de uma cultura disciplinária com viés sexista e heteronormativa (MONTÓN-SUBÍAS, 2014).

Nessa proposta vemos a influência das críticas a uma visão homogeneizadora do feminino e do masculino, que marcaram a ‘terceira onda’ do feminismo, surgida nas décadas de 1980 e 1990, com o questionamento da categoria mulher e pela desconstrução do sujeito feminino. Podemos ressaltar os feminismos negros – nascido na ‘segunda onda’, mas expandido e fortalecido nas últimas décadas, com destaque para a obra de Angela Davis (2016, 2017); os feminismos lesbianos, sendo possível mencionar dentre muitas autoras, os escritos de Adrienne Rich, Audre Lorde e Gloria Anzaldúa (LORDE, 2007; RICH, 2010; ANZALDÚA, 2017), sendo frequente nesses escritos também a questão da interseccionalidade; os diálogos com a Teoria *Queer*, nos quais desponta a obra de Judith Butler (2013), e o “ciberfeminismo” de Donna Haraway (2009).

Algumas autoras compreendem que os feminismos desconstrutivistas seriam na realidade “pós-feminismos”, dando lugar a uma quarta onda, nesse quadro estaria inserido o “feminismo *queer*”. No Brasil, autoras como Guacira Lopes Louro e Berenice Bento – essa última com a proposta dos “estudos transviados” – têm trazido

colaborações de monta para essas discussões (LOURO, 1997, 2004; RODRIGUES, 2005).

O reconhecimento da diversidade dos grupos humanos, expresso na arqueologia de gênero, *queer* ou a variedade de sexualidades, tanto das/os arqueólogas/os, como dos seus temas de investigação, tem sido, pouco a pouco, trazido à baila (SCHMIDT & VOSS, 2000). Trabalhos como o de Thomas Dowson (2000) e Chelsea Blackmore (2011) – no âmbito de uma Arqueologia *queer*, assim como pesquisas da própria Barbara Voss (2000), que traçam uma conexão entre estudos voltados às políticas sexuais do império e pesquisas de arqueologia da colonização, demonstram o vigor dessas propostas em um cenário mundial, ainda que no Brasil essas abordagens ainda sejam recentes e pontuais (PINTO, 2012).

PROVOCAÇÕES *QUEER*

Nas últimas décadas, observamos o crescimento dos estudos de Arqueologia de Gênero no Brasil. Se até o século XXI, tínhamos cerca de meia dúzia de trabalhos publicados, em menos de duas décadas tivemos dezenas trabalhos, entre artigos, monografias, dissertações e teses voltadas ao tema (MORAES WICHES, 2016).

Não obstante, esses trabalhos evidenciam o predomínio de uma Arqueologia de Gênero que se circunscreve ao ‘passado’, sendo rara a presença de críticas inspiradas na teoria *queer*¹ ou nas abordagens decoloniais, essas últimas já pontuadas anteriormente.

No que concerne à Teoria *Queer*, sua origem remete à década de 1980 nos Estados Unidos. Trata-se de um campo de pesquisa que, ao se valer de uma designação pejorativa, coloca em xeque teorias que pretendem dizer como as coisas são, sem considerar que a nossa descrição teórica não se dá de forma neutra, mas está comprometida com um projeto de poder normativo e regulador. Dessa forma, como apresenta Richard Miskolci:

É possível compreender a Teoria *Queer* como um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de **regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem** em especial no menor reconhecimento político e de direitos de pessoas cuja sexualidade e/ou gênero entram em desacordo com as normas vigentes. A ordem política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e até econômicos daqueles/as que vivem dentro de suas prescrições (MISKOLCI, 2014: 33, grifo meu).

Essa teoria nos interpela a refletir criticamente acerca das formas como construímos narrativas arqueológicas e museológicas pautadas em uma heterossexualidade compulsória, conceito apropriado da obra de Adrienne Rich (2010), criando e formando assimetrias.

Na Arqueologia, as análises feministas mostram que o registro arqueológico se forma através de um discurso de gênero próprio da sociedade estudada, e a interpretação arqueológica se forma através da nossa própria, interiorizada e normalmente inconsciente, categorização de gênero (BERROCAL, 2009). Assim, as categorizações de gênero são diversas, no passado e no presente, sendo necessário recusar interpretações homogeneizadoras. Nos museus, essas categorizações são traduzidas, ganham força e forma, estando presentes em exposições pautadas em uma dicotomia, em que

¹ O diálogo com os campos da Antropologia, História, Sociologia e Teoria Literária, também tem sido pontual.

As mulheres são mostradas como criaturas frágeis, dóceis, fiéis e românticas, que passam a maior parte das suas vidas dentro do lar (sejam cavernas, palácios ou casas). Geralmente, as mulheres são caracterizadas pelas obrigações domésticas, criação dos filhos e satisfação dos seus maridos. Enquanto isso, os homens - fortes, ativos e pragmáticos - aparecem ocupados com a subsistência do grupo, desenvolvendo diversas atividades fora do lar (ZARANKIN & SALERNO, 2010: XX).

A questão público-privado também se coloca nessas narrativas: quando alguma produção é associada às mulheres, a mesma é considerada de forma mecânica com uma esfera doméstica, supostamente privada, mas quais sentidos entre público e privado podem ser aplicados a sociedades diversas e multimilenares?

Em seu livro “Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade” (2003), Judith Butler traz reflexões que entendo como desafios para uma Musealização da Arqueologia que busque ir além decategorizações normativas.

A primeira questão a ser considerada é constituição do sujeito “mulher”. Para isso, a autora reconhece que duas categorias importantes são implicadas, a questão da política e da representação. A representação possui duas interpretações possíveis: uma, que legitima e dá visibilidade às mulheres como sujeitos políticos; e outra que diz sobre a função normativa que regula o que é ou não verdadeiro sobre as “mulheres” enquanto categoria. Para a autora, a construção da categoria “mulher” acaba se tornando excludente, coercitiva e reguladora, mesmo quando o intuito dessa concepção se refere às tentativas de emancipação. Essas práticas reguladoras estariam relacionadas diretamente à construção das identidades.

Na Musealização da Arqueologia, essas ideias esbarram no desafio de uma prática feminista que percorre um caminho de luta contra a invisibilidade e subordinação das mulheres nas interpretações e práticas da Arqueologia – ou seja, lançamos críticas à ausência e/ou subordinação das mulheres nos discursos expográficos, textuais e imagéticos – ao mesmo tempo em que nega a integridade ontológica do sujeito mulher.

Um segundo desafio, inspirado ainda na obra de Butler, é que precisamos reconhecer que o sexo não está em um domínio pré-discursivo, o corpo não é um recipiente vazio de uma lei inexorável. Guacira Lopes Louro, uma das precursoras da Teoria *Queer* no Brasil, traz uma reflexão marcante sobre esse assunto:

Entre tantas marcas, ao longo dos séculos, a maioria das sociedades vem estabelecendo a divisão masculino/feminino como uma divisão primordial. Uma divisão usualmente compreendida como primeira, originária ou essencial e, quase sempre, relacionada ao corpo. É um engano, contudo, supor que o modo como pensamos o corpo e a forma como, a partir de sua materialidade, ‘deduzimos’ identidades de gênero e sexuais seja generalizável para qualquer cultura, para qualquer tempo e lugar. (...). Precisamos estar atentos ao caráter específico (e também transitório) do sistema de crenças com o qual operamos; precisamos nos dar conta que os corpos vêm sendo ‘lidos’ ou compreendidos de formas distintas em diferentes culturas, de que o modo como a distinção masculino/feminino vem sendo entendida diverge e se modifica histórica e culturalmente (LOURO, 2004: 78).

No Brasil, muitas pesquisas de Arqueologia de Gênero, ainda são marcadas por uma interpretação arbitrária dos marcadores biológicos, pautada no dimorfismo sexual. Tais interpretações são recorrentes nos museus, onde corpos são expostos – o que por si só já é contestável em uma abordagem decolonial, acompanhados de classificações que os enquadram em um ‘sujeito mulher’ ou em um ‘sujeito homem’.

O conceito de performatividade de gênero, trazido por Butler, pauta-se na desnaturalização e a desmistificação do sexo e do gênero, compreendidos como construções discursivas, conforme aponta Marcia Tiburi

A ideia fundamental da pensadora é a de que o discurso habita o corpo e que, de certo modo, faz esse corpo, confunde-se com ele. Por isso, a diferença entre sexo e gênero não seria mais o caminho para a luta feminista. Mas o respeito aos corpos cuja liberdade depende, em última instância, de serem livres do discurso que os constitui. Ou de simplesmente poderem existir em um mundo que os nega, e que os nega pelo discurso que não é, de modo algum, apenas uma fala qualquer (TIBURI, 2014: 02).

Ao refletirmos sobre a performatividade de gênero, podemos pensar também no fato de que as identidades são construídas de forma instável, sendo generificadas, sexualizadas, racializadas, construídas por nós e para nós (SALIH, 2015).

Outro ponto a ser considerado a partir das ideias de Butler é que elas e outras autoras negam a opressão universal hegemônica patriarcal masculina. Como já apontado anteriormente por meio dos escritos de Azadeh Kian (2010), críticas feministas têm sido lançadas à forma como o Ocidente tem imposto o seu conceito de patriarcado para compreender outras sociedades e culturas. Duas visões antagônicas podem ser colocadas acerca do conceito de patriarcado nos estudos feministas decoloniais.

Para um grupo, no qual se insere a antropóloga Rita Segato (2012), nas sociedades indígenas existia, antes da colonização, um patriarcado de baixa intensidade, marcado por uma dualidade hierárquica, que, apesar de desigual, tinha plenitude ontológica e política, a qual teria sido substituída com a colonização por uma estrutura binária.

Para outro grupo, no qual se insere Maria Lugones (2008), assim como a colonialidade trouxe a invenção do conceito de raça, também teria significado a criação do conceito de gênero para essas sociedades, pois não existiria nesses contextos, antes do “contato” e da colonização, um princípio organizador parecido com o de gênero do Ocidente, postura com a qual também concorda Breny Mendoza (2017).

Por fim, convém considerar que noções de gênero variam segundo a cultura e sua intersecção com raça, classe, etnia, sexualidade. Butler denuncia que as teorizações feministas são particulares ao Ocidente, mas com características colonizadoras ou apropriadoras de culturas não ocidentais, “instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão” (BUTLER, 2003: 21). Dessa forma, essas discussões abrem um leque amplo de reflexões para pensarmos as articulações entre Teoria *Queer*, decolonialidade e interseccionalidade.

Coloca-se, então, um último desafio. Se estamos de acordo com Judith Butler, que práticas reguladoras de gênero constroem a identidade do sujeito e que o conceito de identidade, de forma geral, atende a um ideal normativo, sem descrever a experiência, temos então desafios de monta para a Musealização da Arqueologia, uma vez que uma compreensão de que a cadeia operatória museológica atua sobre a construção de identidades fixas cai por terra.

Sobre o conceito de identidade, penso que a elaboração de Gloria Anzaldúa coloca-se como inspiração potente:

Identidade não é um monte de cubiculozinhos abarrotados respectivamente com intelecto, raça, sexo, classe, vocação, gênero. Identidade flui entre, sobre aspectos de uma pessoa. Identidade é um rio – processo. Contida dentro do rio está sua identidade, ela precisa fluir, mudar para continuar um rio – se parasse seria um corpo de água contido, como um lago ou um banhado. As mudanças no rio são externas (mudanças no ambiente – leito do rio, clima, vida animal) e internas

(dentro das águas). O conteúdo de um rio flui por entre as suas margens. Mudanças na identidade, da mesma forma, são externas (como outras/os percebem e como alguém percebe outras/os e o mundo) e internas (como alguém percebe a si mesma/o, autoimagem) (ANZALDÚA, 2017, 413).

Esse olhar inspirado nas construções discursivas que pautam as identidades e habitam os corpos é especialmente relevante, pois remete à importância da análise crítica das narrativas arqueológicas e museológicas enquanto práticas que constroem, agenciam e habitam os corpos, que remetem à adequação dos corpos à linhas de coerência. Nesse sentido é necessário, ainda, um olhar para o tema da representação.

Para Stuart Hall (2016), as representações são atos criativos que atuam na construção social da realidade, cujos significados não podem ser fixados. As representações estão relacionadas ao que as pessoas pensam sobre o mundo e sobre o que 'são' nesse mundo, guardando uma dimensão política. Assim, "não ter voz ou não se ver representado pode significar nada menos que opressão existencial" (ITUASSU, 2016: 13). Dessa forma, a representação dessas identidades instáveis pode ser compreendida como ação política, mas cujos significados são fluídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

a sua prática é feminista se as questões de pesquisa nas quais você se engaja são animadas por compromissos ativistas. As questões que você escolhe para trabalhar devem ser relevantes para a vida das mulheres e das minorias. São questões sobre sistemas de desigualdade social que, se respondidas, fornecerão as fontes necessárias para efetivamente lidar com a injustiça social (WYLIE, 2014: 565)

As narrativas inseridas em uma Arqueologia de Gênero, muitas vezes, se pautam na reificação da categoria mulher. Nesse sentido, defendo que uma Arqueologia Feminista tem a potencialidade de construir narrativas não apenas acerca das mulheres, mas sobretudo, das pessoas que são submetidas a exclusões a partir do gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros marcadores sociais da diferença. Esse percurso deve ser animado por compromissos ativistas, como propõe Alison Wylie na epígrafe desse item.

Nesse sentido, vejo uma potencialidade dos estudos feministas de gênero na Arqueologia a partir de uma mirada decolonial, uma vez que tais estudos podem desvelar múltiplas construções daquilo que denominados como sexo, gênero e sexualidade no tempo e no espaço, evidenciando o quanto a nossa categorização de gênero é moldada por um olhar moderno e europeu, possibilitando "*revisiter le mythe de la condition universelle des femmes*", como nos aponta Azadeh Kian (2010:1). Na realidade, nenhum outro campo de estudos pode abarcar uma escala temporal tão alargada como a Arqueologia, assim como uma diversidade de espaços e de vestígios, tendo em vista que todas nós produzimos e utilizamos a denominada cultura material.

No que concerne à Museologia, aqui inserida como interface devotada à socialização das narrativas arqueológicas por meio da criação de narrativas museológicas, há também uma potencialidade a se destacar. Ao postular os conceitos de identidade cultural e representação, a Musealização da Arqueologia pode ser compreendida como tentativa de fixação de representação dessas identidades em museus e em outros processos de socialização do denominado patrimônio arqueológico. Contudo, para além dessa operação, proponho que possamos, alimentadas/os pelas provocações *queer* e pelas abordagens decoloniais, compreender as

narrativas museológicas como potenciais discursos que desloquem identidades fixas, normatizações e coerções, ainda presentes nas narrativas arqueológicas convencionais.

Outrossim, a Musealização da Arqueologia pode ser compreendida como linha de pesquisa e de intervenção associada à construção de narrativas museológicas, que se por um lado podem reificar narrativas arqueológicas – ou seja, aquilo que especialistas narram a partir do registro arqueológico – por outro lado podem também propor espaços de deslocamento dessas narrativas. Uma Musealização da Arqueologia feminista, *queer* e decolonial pode colocar em xeque não apenas as narrativas coloniais, mas o próprio feminismo ocidental, branco e de classe média e suas meta-narrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANZALDÚA, G. 2017. *Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana*. In: BRANDÃO, I.; CAVALCANTI, I.; LIMA COSTA, C. da; LIMA, A. C. A. *Traduções da Cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis, EDUFAL, Editora da UFSC, pp 408-425. Publicado original em 1991.
- BALLESTRIN, L. 2013. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11, pp. 89-117.
- BARRETO, C. 1999/2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista da USP*, Nº43/44, pp.32-51.
- BATTLE-BAPTISTE, W. 2011. *Black Feminist Archaeology*. California, Left Coast Press, WalnutCreek.
- BEAUVOIR, S. 2016. *O Segundo Sexo. Volume 2. A experiência vivida*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. Publicado original em 1949.
- BELAUSTEGUIGOITIA, M. 2001. Descarados y deslenguadas: el cuerpo y la lengua índia em los umbrales de la nación. *Debate Feminista*, vol. 12, núm. 24, pp.230-253.
- BENTO, B. 2014. Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. *Cult* (São Paulo), pp. 43-46.
- BERROCAL, M. C. 2009. Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica. *Trabajos de Prehistoria*. 66, n. 2, pp. 25-43.
- BLACKMORE, C. 2011. How to Queer the Past Without Sex: Queer Theory, Feminisms and the Archaeology of Identity. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, Volume 7, Number 1, pp.75-96.
- BRUNO, M. C. O. 2005. Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n.31, pp.234-247.
- BUTLER, J. P. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Publicado original 1990.
- CASTRO-GÓMEZ, S. 2005. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro' In: CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, pp.87-95.
- CONKEY, M. W. & SPECTOR, J. D. 1984. Archaeology and the Study of Gender. *Advances in Archaeological Method and Theory*, n.7, pp.1-38.
- DAVIS, A. 2017. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo, Boitempo, 2017. Publicado original 1984.
- DAVIS, A. 2016. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo, 2016. Publicado original 1981.
- DÍAZ-ANDREU, M. 2005. Arqueología y Género: una nueva síntesis. IN: SÁNCHEZ ROMERO, Margarita (ed.) *Arqueología y Género*. Univ. Granada, pp.13-51.
- DOWSON, T. A. 2000. Why queer archaeology? An introduction. *World Archaeology*, v.32, n.2, Queer Archaeologies, pp. 161-165.
- FERREIRA, L. M. & FUNARI, P. P. de A. 2009. Arqueologia como prática política. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, 1 (4), pp.1-4.
- GNECCO, C. 2008, Manifiesto moralista por uma arqueologia reaccionaria. In: ACUTO, F.A. & ZARANKIN, A. (Eds). *Sed non satiata II: acercamientos sociales em la arqueología latino-americana*. Córdoba, Encuentro Grupo Editor, pp.93-102.
- GONÇALVES, J. R. S. 1996. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, IPHAN.
- HALL, S. 2016. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, Apicuri.
- HALL, S. 2014. Quem precisa de identidade? IN: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K.. *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, pp. 103-133. Publicado original em 1996.
- HARAWAY, D. 2004. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22), pp.201-246. Publicado original 1985.

- HARAWAY, D. 2009. Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. IN: SILVA, T. T. da; KUNZRU, H.; HARAWAY, D. (Orgs). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, pp. 33-118. Publicado Original 1991.
- HENNING, C. E. 2015. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, v. 20, n. 2, pp. 97-128.
- ITUASSU, A. 2016. Apresentação. Hall, comunicação e política do real. IN: HALL, S. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, Apicuri, pp.9-13.
- KIAN, A. 2010. Introduction: genre et perspectives post/dé-coloniales. *Les cahiers du CEDREF - Centre d'enseignement, d'études et de recherches pour les études féministes*. v. 17, pp1-8.
- LORDE, A. 2007. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Berkeley, Crossing Press. Publicado original em 1984.
- LOURO, G. L. 1997. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Vozes.
- LOURO, G. L. 2004. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte, Autêntica.
- LUGONES, M. 2008. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.9, pp. 73-101.
- MAIRESSE, F. 2011. Muséalisation – Regard & Analyse. IN: DESVALLÉES, A. & MAIRESSE, F. *Dictionnaire encyclopédique de Muséologie*. Paris, Armand Colin, pp.253-269.
- MEAD, M. 1979. *Sexo e temperamento*. São Paulo, Perspectiva. Publicado original 1935.
- MENDOZA, B. 2017. A epistemologia do sul, a colonialidade de gênero e o feminismo latino-americano. IN: BRANDÃO, I; CAVALCANTI, I.; LIMA COSTA, C. da; LIMA, A. C. A. *Traduções da Cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis, EDUFAL, Editora da UFSC, pp. 753-776. Publicado original em 2010.
- MISKOLCI, R. 2014. Crítica à hegemonia heterossexual. *Revista Cult*, n. 193, pp.33-36.
- MONTÓN SUBÍAS, S. 2014. Arqueologías Engeneradas. Breve introducción a los estudios de género en Arqueología hasta la actualidad. *ArqueoWeb*, 15, pp.242-247.
- MORAES WICHES, C. A. 2016. Arqueologia, Gênero e Feminismos no Brasil: memórias exiladas e silenciadas. Paper apresentado no III Congreso de Estudios Poscoloniales y IV Jornadas de Feminismo Poscolonial “Interrupciones desde el Sur: habitando cuerpos, territorios y saberes”, dezembro de 2016, Buenos Aires. No prelo.
- MORAES WICHES, C. A. 2013/2014. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*. Vol.26 n.2/ Vol.27 n.1.; pp.16-39.
- PACHELLA, L. 2015. Obra feminista de Carla Zaccagnini ganha exposição gratuita no MASP. *VÁ de Cultura*, 20 de novembro de 2015. Disponível em <http://www.vadecultura.com.br/exposicao/obra-feminista-de-carla-zaccagnini-ganha-exposicao-gratuita-no-masp/> Acessado em 28 de setembro de 2017.
- PINTO, R. 2012. Museus e diversidade sexual. Reflexões sobre mostras LGBT e queer. *Arqueologia Pública*, n° 5, pp.44-55.
- QUIJANO, A. 1999. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositivo*, Vol. 24, No. 51 - Crítica Cultural em Latinoamérica: Paradigmas globales y enunciaciones locales, pp. 137-148.
- RICH, A. 2010. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, n. 05, pp. 17-44. Publicado original em 1980.
- RODRIGUES, C. 2005. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista de Estudos Feministas*, 13(1): 216, pp.179-383.
- RUBIN, G. 1993. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife, Edição SOS Corpo. (Publicado Original 1975).
- SALIH, S. 2015. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte, Autêntica.
- SCHMIDT, R. A. & VOSS B. (ed.). 2000. *Archaeologies of Sexuality*. Nova Iorque, Routledge.

- SEGATO, R. L. 2012. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos Ces 18, Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical*, pp.105-131.
- SEGATO, R. L. 2013. *La crítica de la colonialidad em ocho ensayos. Y una antropología por demanda*. Prometeo Libros, Buenos Aires.
- TIBURI, M. 2014. Judith Butler: Feminismo como provocação. *Revista Cult*, n/185, janeiro de 2014. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/01/judith-butler-feminismo-como-provocacao/>
- VOSS, B. L. 2000. Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. *World Archaeology*, n. 32, pp.180-192.
- VOSS, B. L. 2012. Sexual Effects: Postcolonial and Queer Perspectives on the Archaeology of Sexuality and Empire. In: VOSS, B. L. & CASELLA, E. C. *The archaeology of colonialism Intimate encounters and sexual effects*. New York Cambridge University Press, pp.11-28.
- WYLIE, A. 2014. Arqueologia e a crítica feminista da ciência. Entrevista com Alison Wylie. Por Kelly Koide, Mariana Toledo Ferreira & Marisol Marini. *Scientiæstudia*, São Paulo, v. 12, n. 3, pp. 549-90.
- ZARANKIN, A. & SALERNO, M. 2010. Sobre bonecas e carrinhos: desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado. *Especiaria (UESC)*, v. 11 e 1, pp. 102-135.